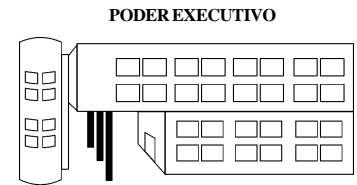




DIÁRIO OFICIAL DE ASSIS

Paço Municipal: Avenida Rui Barbosa, nº 926 • CEP: 19.814.900 • Tel. (18) 3302-3300



Ézio Spera - Prefeito Municipal

Nº 1334

Ano VIII

www.assis.sp.gov.br

Assis, quarta-feira, 3 de março de 2010

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.802, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2.010

Dispõe sobre alterações dos Artigos 7º, 12º e 15º do Decreto n.º 3.428/1998 que regulamenta e normatiza a Lei n.º 3.739 de 5 de Outubro de 1998 e dá outras providências.

ÉZIO SPERA, Prefeito do Município de Assis, no uso de suas atribuições legais e considerando os dispositivos,

DECRETA:

Art. 1º- O Art. 7º do Decreto n.º 3428 de 16 de Novembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"Compete ao Departamento de Fiscalização Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente impor as penalidades previstas no presente Decreto."

Art. 2º- O § 2º do artigo 12, do Decreto n.º 3428/1998, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 12.....
§ 1º....."

§ 2º - Apresentada a defesa ou impugnação, em primeira instância, o Auto de Infração será julgado pela autoridade competente, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente."

Art. 3º- O artigo 15 do Decreto n.º 3428/1998, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 15 - Os fatos decorrentes da dinâmica do Departamento de Fiscalização Ambiental e os não previstos neste Decreto, serão definidos, em Portaria, a ser expedida pelo prefeito Municipal."

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, em 18 de Fevereiro de 2010.

ÉZIO SPERA
Prefeito Municipal

NILZA FERREIRA DA SILVA
Secretária Municipal do Meio Ambiente
Publicado no Departamento de Adminis-

tração, em 18 de Fevereiro de 2.010.

LEI Nº 5.359, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2.010.

Proj. Lei nº 006/2.010 - Aatoria Vereador José Aparecido Fernandes

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.979, de 11 de dezembro de 2000, que Cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faz saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 4º, da Lei Municipal nº 3979, de 11 de dezembro de 2000, que "cria o Conselho Municipal do Idoso", passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 4º.** O Conselho Municipal do Idoso será composto por representantes do Poder Público, por representantes da sociedade civil e por representantes do segmento dos usuários."

Art. 2º - O parágrafo único do artigo 4º, da Lei Municipal nº 3979, de 11 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. (...)

Parágrafo Único. Os membros que compõem o Conselho Municipal do Idoso serão apresentados pelos seguintes segmentos:

Representantes do Poder Público

- I. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II. Secretaria Municipal de Saúde;
- III. Fundo Social de Solidariedade;
- IV. Câmara Municipal de Assis;
- V. Universidade Aberta à Terceira Idade (UNESP)

Representantes da Sociedade Civil

- I. Asilo São Vicente de Paulo;
- II. Lar dos Velhos;
- III. Associação Abrigo a Idosos;
- IV. Clube da Terceira Idade;
- V. Associação Comercial e Industrial de Assis;

Representantes de Usuários:

- I. Programa Agita Assis;
- II. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- III. Programa Melhor Idade (UNIMED);
- IV. Clube da Terceira Idade;
- V. Universidade Aberta à Terceira Idade

Art. 3º - O artigo 5º da Lei Municipal nº 3.979, de 11 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 5º.** A substituição de membros, órgãos, instituições e programas que compõem o Conselho Municipal do Idoso, dar-se-á na forma estabelecida no seu Regimento Interno."

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 5.153, de 16 de junho de 2008.

Prefeitura Municipal de Assis, em 28 de fevereiro de 2.010.

ÉZIO SPERA
Prefeito Municipal

ADRIANO LUIS ROMAGNOLI PIRES
Secretário Municipal de Assistência Social
Publicado no Departamento de Administração, em 28 de Fevereiro de 2.010.

EXTRATOS

Extrato do Termo de Convênio nº 03/ 2.010.

CONVENENTE: Município de Assis; CONVENIADA: Associação de Recuperação Florestal do Médio Paranapanema "FLORA VALE"; Objeto: Desenvolvimento do Projeto "Broto Verde"; Dotação Orçamentária: 02 Poder Executivo; 02.09.02 Fundo Municipal da Criança e Adolescente; 08.243.00482 Atendimento a Criança e Adolescente, 3.39039 (6993) Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - Valor - R\$28.800,00 - Forma de Pagamento 11 parcelas, a 1ª parcela no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) e as demais no valor de 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) cada ; Fundamentação Legal: Lei nº 5.351, de 11 de Fevereiro de 2010.

Assis (SP), em 26 /02/2010.

ÉZIO SPERA
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Convênio nº 04/ 2010.

CONVENENTE: Município de Assis; CONVENIADA: Associação de Recuperação Florestal do Médio Paranapanema "FLORA VALE"; Objeto: Implantação do "Projeto de Fomento ao Plantio de Espécies Arbóreas", através dos pequenos produtores rurais do Município de Assis; Dotação Orçamentária: 2 Poder Executivo, 2.11 Secretaria Munic. de Agricultura, 2.11.01 Depto. Administração, (8731) 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Valor R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais); Fundamentação Legal: Lei nº 5.352, de 11 de Fevereiro de 2010.

Assis (SP), em 26.02.2010.

ÉZIO SPERA
Prefeito Municipal

COMUNICADO

O Presidente da Câmara Municipal de Assis, Senhor José Aparecido Femandes, no uso de suas atribuições legais, convida para Audiência Pública, que será realizada no dia 05 de março (sexta-feira), às 15h00, no plenário da Câmara Municipal de Assis, na Rua José Bonifácio, 1001, nesta cidade, com o objetivo de promover discussão de assuntos relacionados aos projetos em trâmite, nesta Casa de Leis, para revisão do Código de Obras, Planejamento, Uso e Ocupação do Solo.

José Aparecido Femandes
Presidente da Câmara Municipal de Assis

Feiras Livres em Assis

Terça-feira

06h - Praça da Mocidade, em frente ao Paço Municipal

Quarta-feira

06h - Jardim Paraná - Rua Lopes Trovão

06h - Vila Xavier - Concha Acústica

06h - Final da rua Palmares - Jardim Amauri

Quinta-feira

06h - Santa Cecília - Praça da Bíblia

Sexta-feira

06h - Vila Adileta - atrás da igreja Travessa Brasil

Sábado

06h - Vila Ribeiro
Rua Ananias Máximo de Souza, próximo a Gelo Som

Domingo

06h - Travessa Sorocabana
Praça Arlindo Luz

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DE ASSIS

Uma publicação da Prefeitura Municipal de Assis

Secretário de Governo e Negócios Jurídicos
Eduardo Homse

Diagramação, Impressão e Distribuição:
J. Marquezini e Filhos LTDA.

e-mail: diariooficial@assis.sp.gov.br

COMUNICADO

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente está orientando as empresas e pessoas físicas, para a retirada de propaganda em faixas e banners e similares, afixados em locais públicos (ruas, praças, árvores, postes etc.). A não retirada do material de publicidade acarretará na aplicação do que dispõe o Artigo. 11º da Lei 4.680 de 21 de setembro de 2005.

LEI Nº 4.680, DE 21 DE SETEMBRO DE 2005

Projeto de Lei nº 114/2.005 Autoria: Vereadores Arlindo Alves de Sousa, Eduardo de Camargo Neto e José Luiz Garcia

Dispõe sobre propaganda e publicidade ao ar livre para evitar a poluição visual no Município de Assis e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faz saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

- Art. 1º** - Em cumprimento ao Artigo 220, parágrafo 3º, Inciso II e parágrafo 4º da Constituição Federal, a publicidade e propaganda ao ar livre reger-se-ão pelo disposto na presente Lei.
- Art. 2º** - Para efeito de aplicação desta Lei, consideram-se publicidade e propaganda ao ar livre os processos de divulgação e veiculação visíveis ao público, como segue:
- a-** Letreiros – indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome e a marca ou logotipo do estabelecimento, a marca ou logotipo do principal produto comercializado, a atividade principal, endereço e telefone.
- b-** Anúncios – indicações da referência a produtos, serviços ou atividades por meio de placas, faixas, cartazes, painéis, "out-doors", "banners", pinturas de muros ou similares, instalados em locais diferentes daquele onde a atividade é exercida.
- Art. 3º** - A partir desta Lei, a afixação e veiculação de publicidade e propaganda ao ar livre, no Município de Assis, somente poderá ser feita por empresa cadastrada na Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços e desde que explore, especificamente, a atividade de publicidade e propaganda.
- Art. 4º** - A partir desta Lei, a afixação de letreiros e anúncios ou quaisquer outros processos de publicidade e propaganda nas vias e logradouros públicos do Município, deverão ser autorizadas pelas Secretarias Municipais de Planejamento, Obras e Serviços.
- § 1º** - As autorizações para publicidade e propaganda somente serão expedidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, quando satisfeitas as seguintes exigências:
- a-** Indicação dos locais de exibição com endereço completo, com croquis de localização;
- b-** Natureza do material a ser empregado e suas dimensões;
- c-** Definição do tipo de suporte e forma de fixação – exceto pintura de muro;
- § 2º** - A autorização de que trata o presente artigo, sempre será expedida por tempo determinado e a título precário, podendo ser cancelada no caso de desrespeito ao disposto na presente Lei, ou por causa superveniente que tenha tornado vedados nos termos da presente Lei.
- § 3º** - A falta de cumprimento de qualquer um desses itens, implicará no indeferimento automático do pedido.
- § 4º** - A autorização será automaticamente concedida desde que a publicidade respeite todas as normas estabelecidas nesta Lei e no decreto regulamentador, e o Poder Público não se manifeste em 90 (noventa) dias a partir da data do protocolo da solicitação.
- Art. 5º** - É vedada a publicidade e propaganda:
- a-** que vede portas, janelas ou qualquer abertura e equipamento destinados à ventilação ou iluminação;
- b-** em calçadas, abrigos de ônibus, prédios e equipamentos públicos, canteiros, rotatórias, árvores, postes e monumentos, exceto quando regulamentada por Legislação própria;
- c-** colada diretamente sobre muros, paredes ou portas de aço, equipamentos públicos, fora da fachada do local onde a atividade é exercida, excluindo-se campanhas eleitorais para as quais há Legislação Federal específica;
- d-** que ofereça perigo físico ou risco material, atual ou eminente, a pedestres, a bens públicos ou de terceiros;
- e-** que obstrua ou prejudique a visibilidade da sinalização de trânsito, das placas de numeração, nomenclaturas de ruas e outras de interesse público;
- f-** através de faixas ou balões de qualquer natureza, inclusive no interior de terrenos, exceto faixas em campanhas de interesse público e social;
- g-** em vias, setores, áreas e locais definidos em decreto regulamentador;
- h-** que atente à moral e aos bons costumes, que perturbe o sossego público, que contenha erros básicos da Língua Portuguesa.
- Art. 6º** - As propagandas em pórticos metálicos terão finalidades específicas, sendo elas:
- a-** datas comemorativas;
- g-** campanhas de interesse do comércio local; e,

h- campanhas de interesse social e cultural.

Parágrafo Único – É vedado a propaganda de cunho comercial específico de Empresas e Estabelecimentos Comerciais, exceto quando patrocinadores de campanhas estabelecidas na alínea "h" do caput deste artigo.

Art. 7º - Todo letreiro, anúncio ou similares luminosos ou iluminados deverão ser analisados quanto à sua luminosidade, frequência ou alternância, com objetivo de que não venham a prejudicar pedestres ou motoristas e que não transgridam as normas do sossego público.

Art. 8º - Em todo engenho, conforme descrição no Inciso B do Artigo 2º desta Lei, deverá constar obrigatoriamente, a identificação da empresa responsável, o número da autorização e a base de fixação do engenho ou da publicidade deverá estar contida dentro dos limites físicos do imóvel onde estiver instalado. No caso de pintura de muro, deverá constar o número da autorização pintado na parte superior do anúncio.

Art. 9º - Quando for feita a troca de anúncios impressos, tipo painel, cartaz, "out-doors" ou similares, a empresa responsável deverá proceder a limpeza do local, recolhendo os detritos do material retirado, sob pena de sofrer as penalidades previstas nesta Lei.

Artigo 10 - São solidariamente responsáveis pela publicidade veiculada a empresa exibidora, proprietária do engenho publicitário, e o anunciante.

Parágrafo Único – No caso de pintura de muros a empresa responsável pelas taxas de publicidade será o anunciante.

Artigo 11 - No caso de irregularidades, serão aplicadas as seguintes multas e penalidades nos casos abaixo descritos:

- a-** notificação;
- b-** por não atendimento à notificação – R\$ 100,00 (cem reais), reajustada anualmente pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Resumido);
- c-** na reincidência, o valor da multa será em dobro;
- d-** na terceira reincidência, será cassado a Licença de Funcionamento;

§ 1º - A publicidade exposta em desobediência a qualquer item do Artigo 4º, independente de notificação, será removida, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Lei.

§ 2º - A Prefeitura Municipal poderá, além da cobrança das multas, remover cartazes, letreiros, luminosos, painéis, faixas, "banners" e similares, sempre às expensas do infrator, quando estiverem em desacordo com a presente Lei.

§ 3º - A devolução do material deverá ser solicitada num prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após o que o mesmo poderá ser destinado a Instituições de Utilidade Pública, de caráter social, ou, se for o caso, reutilizado pelo Poder Público para veicular campanhas de cunho ambiental, educacional ou social.

§ 4º - A devolução do material apreendido só será efetivada mediante a apresentação dos recibos de quitação das respectivas multas.

Artigo 12 - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta para os interessados nas publicidades e propagandas já instaladas no Município se adequarem às disposições desta Lei, junto aos órgãos municipais, solicitando nova autorização, com conformidade com os artigos 3º e 4º da presente Lei.

Artigo 13 - O disposto nesta Lei será aplicado inclusive na propaganda eleitoral, naquilo que não contrariar a Legislação Federal pertinente.

Artigo 14 - A Prefeitura Municipal, durante o período de 120 (cento e vinte) dias após a promulgação da presente Lei, promoverá ampla campanha educativa e elucidativa sobre sua aplicação.

Artigo 15 - As despesas decorrentes com a execução desta Lei, incluindo equipamentos e veículos para garantir o seu fiel cumprimento, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 16 - O Executivo deverá regulamentar a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação e, neste ato, reaproveitará e adequará o quadro funcional existente às exigências de sua aplicação.

Artigo 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 18 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Assis, em 21 de setembro de 2005.

ÉZIO SPERA
PREFEITO MUNICIPAL

SAULO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E NEGÓCIOS JURÍDICOS

Publicado no Departamento de Administração, em 21 de setembro de 2.005.